
Prestação de contas de 2017

Síntese para apresentação

A prestação de contas que agora se apresenta resulta da execução do orçamento aprovado para 2017 e das respetivas modificações orçamentais, cujos objetivos estratégicos assentaram no desenvolvimento de três pilares: o social, o económico e o cultural. Traduziu-se, assim, uma vez mais, o cumprimento do programa eleitoral sufragado e do programa de governação apresentado e desenvolvido pelo executivo. Um programa que partia de um princípio: o princípio das contas à moda do Porto.

Contas à moda do Porto não é um exercício matemático ou contabilístico. Contas à moda do Porto é cumprir o programa e é fazê-lo com responsabilidade plurianual.

Quando a cidade nos deu a responsabilidade de governar, há quatro anos, esperou de nós que cumpríssemos, não apenas o que era a gestão corrente da autarquia, mas que fôssemos mais além e fizéssemos o que a cidade já não aceitava que ficasse por fazer.

A construção de um terminal intermodal em Campanhã era uma tarefa adiada desde 2003. A reconstrução do Bolhão era um projecto com 40 anos. A reabilitação e gestão do Pavilhão Rosa Mota era um problema que consumia recursos e não conhecia solução há mais de uma década. O problema das travessias sobre o Douro, nomeadamente a pedonal, era uma urgência sem solução. O fim dos apoios do Estado à reabilitação dos bairros sociais era um problema que desde 2011 tinha reduzido ao mínimo um processo de qualificação social fundamental para a cidade.

Foram estas boas contas que permitiram impulsionar a reabilitação dos bairros, arrefecida pelo anterior Executivo depois de perder o apoio do Estado nessa tarefa.

Foram as boas contas que apresentamos – é o saldo que agora transita – que nos permite assistir à felicidade de uma cidade que, finalmente, vê o seu Mercado do Bolhão ser reabilitado. O mesmo mercado que, depois de projectos que têm a sua origem no início dos anos 90, viu o meu antecessor declarar que não havia dinheiro para fazer as obras necessárias.

São estas boas contas – é este saldo de gerência – que nos permite anunciar para muito breve o início das obras do Terminal Intermodal de Campanhã ou uma nova Ponte – pese embora o

péssimo quadro comunitário de apoio que em devido tempo, quase sozinho, denunciei.

São estas contas, é este saldo, que nos permitem continuar, incrementar, o investimento na rede viária, como temos feito; na habitação, como temos feito e vamos acelerar; no desporto, como temos feito duplicando a disponibilidade de equipamentos e vamos continuar a fazer com a construção de vários e importantes equipamentos (Campo do Outeiro e segunda fase de Ramalde são exemplos).

Não vale a pena, por isso, virem aqui dizer que mais deveria ser devolvido aos portuenses, em impostos. O Porto já tem uma das mais baixas taxas de IMI, reduzida duas vezes no meu mandato anterior. Nem vale a pena querer reduzir o IRS, quando os 35 municípios das duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto acabam de pedir, a uma só voz, ao Governo para que acabe com essa possibilidade, injusta socialmente e que apenas beneficia os que maiores rendimentos têm.

Nem vale a pena falar do preço da água ou dos resíduos, quando a nossa factura já é das mais baixas do país e quando até o regulador acha, no caso dos resíduos, que é baixa demais e nos obriga a subir.

Não vale a pena dizer que o melhor é, afinal, pior. Boas contas, desculpem, não podem ser más, a não ser por tática política que revela algum desespero.

Não pode ser mau dar à cidade a liberdade de poder partir para um ciclo de investimento com autonomia e sem estar dependente de fundos comunitários que todos já percebemos onde vão parar, com a mão amiga de todas as forças políticas aqui representadas e que, de uma forma ou de outra, vão passando pelo Governo e vão dando, na Assembleia da República o conforto a uma distribuição centralista – invariavelmente centralista.

Não pode ser mau ter liberdade. E ter a segurança de podermos avançar com aquilo que a cidade quer que seja feito.

Se há projetos que podem ser desenvolvidos com a iniciativa privada e podem não implicar investimento público, como são os casos do Pavilhão Rosa Mota ou do Bairro Rainha Dona Leonor, a verdade é que outros não podem, pelo menos se quisermos respeitar a vontade claramente expressa dos portuenses, como é caso do Mercado do Bolhão, do Liceu Alexandre Herculano ou do Batalha.

Há ainda uma razão pertinente para termos um saldo de gerência como aquele que temos nesta altura. Se queremos

desenvolver e aplicar uma política de aquisição de património, nomeadamente através de direito de preferência, temos que ter os fundos necessários e disponíveis.

Dou dois exemplos: o caso do Teatro Sá da Bandeira e um caso mais recente de um imóvel de 2,5 milhões de euros que a Câmara tenta adquirir através deste preceito. O primeiro viu levantar-se um conjunto de problemas alheios à autarquia em sede de Tribunal de Contas. O segundo relaciona-se com a criação de um expediente dos vendedores para fintar a pretensão da Câmara. Em ambos, a Câmara é obrigada a esperar por decisões que não pode acelerar e que não dependem da sua vontade. Em ambos, o compromisso da despesa fica retido até decisão final, o que no primeiro caso está a levar meses a resolver e o segundo pode até prolongar-se por anos.

Não tivesse a Câmara o saldo de gerência que tem e teria já desistido de ambos. Então, o Sá da Bandeira seria possivelmente demolido e a autarquia perderia, no outro caso, de comprar um imóvel interessante para o desenvolvimento da sua política de habitação.

Se ter esta liberdade é mau, se ter contas que nos permitem fazer o que antes não foi feito e que prometemos à cidade fazer,

baixando impostos, absorvendo aumentos do custo da água em alta e retomando, sem ajudas, a reabilitação dos bairros da cidade, então sou eu que já não sei o que são Contas à Moda do Porto.

Queria, sobre isto, deixar ainda uma última nota. Se o nosso saldo é hoje de cerca de 90 milhões, alcançado num período de crescente investimento (2017 foi o ano de maior investimento da década nesta Câmara), de redução de impostos e de redução de dívida, isso deve-se a duas razões:

A primeira foi não termos gasto onde não devíamos. Note-se a redução dos custos com contratações de serviços em 2017 bem expressos no relatório.

A segunda razão foi termos encaixado nos últimos anos cerca de 35 milhões de euros provenientes de um acordo com o Governo. Um acordo que acabou com um peso sobre a cidade e sobre as contas da cidade. Que selou o fim de muitos anos de litígio com o Estado, sobre a STCP, sobre o Aeroporto e sobre outras desavenças passadas. Foi com o Primeiro-Ministro Passos Coelho que foi feito esse acordo, que acabou saldado pelo Governo de António Costa.

É graças a esse acordo cerca de metade do saldo que hoje possuímos. E parte dele condicionado à construção do Terminal

Intermodal. Por isso, quando se diz que o Terminal Intermoda será financiado também com fundos do Estado, querendo dizer que o saldo não é para isso necessário, ilude-se o facto desses fundos já estarem na posse da Câmara. Ou seja, é precisamente ao contrário.

Mas ainda sobre o Acordo do Porto, que como expliquei justifica cerca de metade da liberdade orçamental que hoje dispomos e os senhores, estranhamente, criticam, é preciso lembrar que alguém o negociou. Alguém conseguiu por fim a velhos litígios e antigas querelas. E se do lado do Estado, PSD, CDS e PS foram parte, do lado de cá, permitam que também puxe a brasa à nossa sardinha, este acordo que permitiu ao Porto encaixar os milhões que agora nos dá parte da nossa liberdade orçamental, foi aberto e fechado por mim. Não por quem agora entende que, afinal, até é bom de mais, porque melhor mesmo, eram as contas serem más.

Os documentos em apreciação são, por isso, expressões de políticas desenvolvidas, mas são também, e sobretudo, documentos técnicos que dão uma imagem numérica às atividades realizadas em 2017 e que se apresentam conformes à legislação aplicável.

E também por isso devem ser aprovadas. Porque resultam de um trabalho competente e rigoroso dos nossos serviços.

Em termos globais, o orçamento de 243,4 milhões de euros teve uma concretização de 296,6 milhões de euros no que respeita à receita liquidada e de 280,1 milhões de euros em termos de receita cobrada, com uma taxa de execução de 121,9 % e de 115,1%, respetivamente.

Face a 2016, as receitas correntes cresceram 0,4%, cerca de 703,4 mil euros, e as receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) decresceram 10,6 milhões de euros.

As despesas totais reduzem-se em 7,3%, pelo decréscimo de 21,9 milhões de euros nas despesas de capital (-28,5%) conjugado com o aumento de 6,8 milhões de euros nas despesas correntes (5,2%).

Expurgando-se os efeitos de operações “extraordinárias”, como o foram, em 2016, a amortização antecipada de empréstimos bancários, alguns dos quais em cumprimento do “Acordo do Porto”, e, em 2017, a amortização antecipada do *leasing* do “edifício CTT” e os pagamentos efetuados à Metro do Porto e à STCP, também no âmbito do “Acordo do Porto”, a despesa total paga aumenta 14,3 milhões de euros, ou seja, 8,6%.

A poupança corrente foi de 49,2 milhões de euros, permitindo a libertação de meios para o financiamento do investimento municipal.

A regra do equilíbrio orçamental foi cumprida com um excedente de 45,6 milhões de euros. O saldo global efetivo foi de 86,6 milhões de euros.

A dívida de médio e longo prazo, que em 2016 ainda incluía uma operação de *leasing*, reduziu-se em 6,2%, ou seja, em 2,1 milhões de euros.

O prazo médio de pagamento a fornecedores foi de 7 dias. Mais do que o cumprimento dos preceitos legais, este prazo de pagamento demonstra respeito para com os agentes económicos.

Em 2017 a receita cobrada aumentou 7,3 milhões de euros, face a 2016. Este acréscimo, verificado em termos globais, decorre do aumento da receita corrente, em 703,4 mil euros, e da incorporação do saldo de gerência de 2016, superior, em 16,8 milhões de euros ao verificado no ano anterior, conjugado com a variação negativa das receitas de capital, em 10,6 milhões de euros.

Para o aumento das receitas correntes, contribuíram as receitas fiscais com um acréscimo de 8,1 milhões de euros e a venda de bens e serviços correntes com um crescimento de 1,5 milhões de euros, conjugado com a redução de 8,9 milhões de euros dos rendimentos de propriedade (resultado do recebimento, em 2016, do valor da renda fixa da concessão da gestão e exploração dos lugares públicos de estacionamento) e das outras receitas correntes, em 102,5 mil euros.

Nos impostos diretos, com uma execução acima do valor previsto em orçamento, destacam-se o IUC, o IMT e a Derrama, com desvios de 588,4 mil euros, 15,3 milhões de euros e 1,7 milhões de euros, respetivamente.

Este comportamento positivo da receita fiscal está associado à retoma da economia e à dinamização do mercado imobiliário.

Por outro lado, o decréscimo de 8,9% da receita do IMI espelha a redução de 10% da respetiva taxa, aprovada no anterior mandato.

Do lado da despesa, e relativamente ao orçamentado, os compromissos ascenderam a 90,4% e a faturação recebida a 79,3%.

O total dessa faturação foi de 192,9 milhões de euros e a despesa paga de 191,7 milhões de euros. Da diferença resultou uma dívida total a fornecedores, a transitar para 2018, de 1,2 milhões de euros (menos 29,4%).

Quando comparado com 2016, verifica-se que a despesa corrente paga aumentou 5,2%, pelo efeito do aumento das despesas com pessoal, das aquisições de bens e serviços, das transferências correntes e dos subsídios, conjugado com a redução dos juros e outros encargos e das outras despesas correntes.

Nas despesas de capital pagas, verifica-se um decréscimo de 28,5%, que é justificado pelas operações “extraordinárias” já mencionadas, conjugada com o aumento das aquisições de bens de capital (resultante da aquisição de edifícios no âmbito do exercício dos direitos de preferência, da aquisição de equipamento diverso e do investimento realizado através das empresas municipais). Expurgados os efeitos das operações “extraordinárias” as despesas de capital aumentam 20,8% (7,5 milhões de euros).

O Investimento aumentou 59,7% para 41,9 milhões de euros, dos quais 14,5 milhões de euros em habitação. Considerado o investimento efetuado pela Domussocial com recurso a receitas

próprias, em 2017 o investimento total em habitação foi de 22,3 milhões de euros.

Na área dos recursos humanos houve um acréscimo de 107 efetivos. O aumento verificado deve-se à entrada de novos trabalhadores, designadamente ao reforço da equipa da polícia municipal.

Na ótica patrimonial, para além do resultado líquido do exercício ter sido de 14,2 milhões de euros, releva-se a redução das dívidas a terceiros de curto e de médio e longo prazo, o aumento das disponibilidades e a redução do passivo.

Concluindo, o relatório e contas, que agora se submete a apreciação e aprovação desta Assembleia, espelha o resultado de um rigoroso e prudente processo de elaboração do orçamento e da gestão da execução orçamental, bem como um cuidado permanente na prossecução dos objetivos políticos.